

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Mundos do trabalho: pensamento político-social heterodoxo (GEPENSAH)

FICHA DE LEITURA

Elaboração: José Carlos Mendonça
Data: outubro de 2007

DADOS DA OBRA

Título: **O Futuro Pertence ao Socialismo Libertário** (156 p.)
Autor: Daniel Guerin
Referência: GUERIN, Daniel. **O Futuro Pertence ao Socialismo Libertário**. 2ª ed. Porto Alegre: A, 1980.

FICHA BIBLIOGRÁFICA

Introdução

Guerin inicia por citar Voline que, segundo o último, as revoluções Russa e Francesa teriam nos legado o problema de como evitar que se transformem em novas ditaduras exercidas por outras camadas dominadoras e privilegiadas. Erros e falhas? Fatores passageiros? Como eliminar este perigo para as futuras revoluções?

Guerin concorda com Voline que as revoluções de 1789 e de 1917 estão indissolúvelmente relacionadas em função do problema que ambas suscitam e também ressalta a importância de se identificar o que foi progresso e o que foi fracasso em termos de lições para o futuro.

Descartando as causas apresentadas por Voline, Guerin aponta que a revolução apresenta uma grave contradição. Por um lado, não pode surgir nem vencer sem a revolta espontânea das massas. Por outro, as massas carecem de educação e consciência. Ao tentar adquirir estes atributos que lhe faltam, as massas correm o perigo de matar a espontaneidade e de deixar o movimento ser confiscado por uma elite minoritária de militantes mais instruídos, mais conscientes e mais experimentados que, no começo, oferecem-se como *guias* para após, imporem-se como *chefes* para submeter as massas a uma nova forma de opressão do homem pelo homem.

Desde que teve consciência desta contradição, na metade do século XIX, o movimento socialista continua a debater e oscilar entre os dois pólos desta contradição. O problema continua colocado sempre de maneira candente e a última palavra não foi dita.

Olhando mais de perto, Guerin considera que a contradição apontada comporta três aspectos distintos embora relacionados:

1º - No período de luta revolucionária, quais devem as partes respectivas da espontaneidade e da consciência, das massas e da direção?

2º - Uma vez derrubado o antigo regime de opressão, qual forma de organização política ou administrativa deve substituir aquela que acabou de ser vencida?

3º - Finalmente, por quem e como deve ser administrada a economia, após a abolição da propriedade privada?

Segundo Guerin, os socialistas do século XIX se debateram sobre cada um destes três pontos. O autor os divide em três correntes principais: a) autoritários. Estatistas e centralistas, uns herdeiros da tradição jacobina e blanquista de Revolução Francesa, os outros da tradição alemã/prussiana de disciplina militar e do Estado com um E maiúsculo; b) antiautoritários, os libertários, herdeiros por um lado da democracia direta de 1793, da idéia comunal e federalista e, por outro lado, do apoliticismo saint-simoniano que aspira substituir o governo político pela “administração das coisas”; c) socialistas ditos científicos (Marx e Engels) que se esforçam por conciliar as duas correntes precedentes e por encontrar um compromisso entre a idéia autoritária e a libertária, nem sempre com êxito e coerência e ditado por motivos puramente táticos.

A seguir, Guerin resume as tentativas que cada uma das correntes fez para responder aos três problemas da contradição apontada.

ESPONTANEIDADE E CONSCIÊNCIA: Os autoritários não confiam na capacidade das massas para chegarem por elas mesmas à consciência e tem medo delas. Alegam estarem embrutecidas por séculos de opressão e terem necessidade de serem guiadas e dirigidas. Substituídas por uma pequena elite de chefes que deve ensiná-las uma estratégia revolucionária e conduzi-las à vitória.

Os libertários, ao contrário, sustentam que a Revolução deve ser obra das próprias massas, de sua espontaneidade, livre iniciativa e se colocam em guarda contra os chefes que pretendem se impor às massas em nome de uma maior consciência.

Marx e Engels por sua vez, ora concedem a primazia a uma ora a outra, numa síntese que permanece oscilante, incerta e contraditória (inclusive libertários como Proudhon e Bakunin incorrem na mesma conduta).

O PROBLEMA DO PODER: Para os autoritários, as massas dirigidas por seus chefes devem substituir o Estado Burguês pelo seu próprio Estado e valer-se dos meios que o primeiro utilizava (centralização, hierarquia, disciplina, polícia).

Para os libertários, o Estado Burguês deve ser substituído pela livre federação das comunas associadas, a democracia direta de baixo pra cima.

Entre ambos, Marx e Engels declaram-se partidários da abolição do Estado *em termos*: o Estado deve subsistir até que as condições materiais permitam passar sem ele, que definhará. O bolchevismo do século XX demonstrará que o Estado, uma vez reconstituído – se recusa definir.

A GESTÃO DA ECONOMIA: Para os autoritários, apoiar-se em formas de administração e gestão anteriores. Absorção de toda a produção, troca e finança pelo Estado.

Os libertários não apresentam uma posição unificada. Max Stirner fala de uma imprecisa e filosófica “livre associação de egoístas”; Proudhon propõe uma combinação retrógrada que corresponde ao estágio da pequena indústria, do pequeno comércio, do artesanato: a preservação da pequena propriedade, onde os pequenos produtores (que permanecem independentes) devem prestar-se ajuda mútua. No máximo a propriedade coletiva pode ser admitida num número restrito de setores (transportes, minas); Bakunin se apresenta como *coletivista*. Nem mutualista, nem comunista. A produção deve ser gerida, seja sobre base local pela “solidarização das comunas”, seja sobre bases profissionais por companhias ou associações operárias. Por sua influência o Congresso da Primeira Internacional em 1869, realizado em Basiléia, decidiu que na sociedade futura “o governo será substituído por conselhos dos diversos setores produtivos”.

Mais uma vez entre ambos, Marx e Engels flutuavam. No Manifesto Comunista de 1848, estatização total. Em 1871, por influência da Comuna de Paris, consentirão em transferir a produção para as mãos dos “indivíduos livremente associados” que depois recuarão em função da luta política travada contra os bakuninistas. Em Lênin as tendências autoritárias estão já em germe e sob Stalin tais tendências se transformam no Capitalismo de Estado.

Segundo Guerin, os libertários tinham razão no essencial frente aos autoritários (p. 18). O futuro não será nem do capitalismo revisto e corrigido por um “neo-liberalismo”, nem do reformismo social-democrata e nem do comunismo de Estado. *O futuro pertence ao socialismo libertário*.

Hoje as massas atingiram um grau de desenvolvimento que torna mais difícil serem enganadas, enriqueceram seus conhecimentos sobre o mundo e sobre seu próprio destino. Depois das carências do proletariado francês de antes de 1840 que engendrou o blanquismo (inexperiência e número reduzido); do proletariado de antes de 1917 que fez surgir o leninismo; do novo proletariado esgotado e desmantelado pela guerra civil de 1918-1920, ou recentemente desenraizado do campo que originou o stalinismo, “hoje as massas trabalhadoras tem muito menos necessidade de abdicar de seus poderes em benefício de tutores autoritários e supostamente infalíveis” (p. 20).

Para Guerin, deve-se a Rosa Luxemburgo a introdução no pensamento socialista de que a única forma de fazer com que as massas rompam com seu atraso é ajudando-as a “fazerem por elas

próprias sua aprendizagem da democracia direta, orientada de baixo para cima, é desenvolver, encorajar, estimular suas livres iniciativas, é inculcar nelas o senso das responsabilidades – em vez de mantê-las, como o faz o comunismo de Estado (quer esteja no poder ou na oposição), com os hábitos seculares de passividade e submissão, com o complexo de inferioridade legado por um passado de opressão. Mesmo se este aprendizado é às vezes laborioso, mesmo se o seu ritmo é um pouco lento, mesmo se ele agrava a sociedade com gastos suplementares, mesmo se ele não *pode ser* efetuado senão ao preço de alguma “desordem”, estas dificuldades estes atrasos, estas despesas suplementares, estes problemas de crescimento são infinitamente menos nocivos do que a falsa ordem, o falso brilho a falsa “eficiência” do comunismo de Estado que aniquila o homem, mata a iniciativa popular e finalmente desacredita a própria idéia de socialismo.”

Quanto ao problema do PODER DE ESTADO, deve-se não seguir a experiência russa até porque a justificativa fundada na penúria e por ela engendrada para o Estado Totalitário a cada dia o torna supérfluo. E a GESTÃO DA ECONOMIA em cada vez mais experiências realizadas nos EUA e nos países do comunismo de Estado demonstram que o futuro está nas pequenas unidades de produção, na administração de baixo para cima. A planificação por cima (burocrática) não funciona se não partir dos escalões inferiores e sob controle deles não for permanentemente submetida. O futuro está na gestão autônoma das empresas pelas associações dos trabalhadores.

A Revolução Desjacobinizada

Este tópico se inicia pela afirmação de Guerin que todas as ideologias, regimes políticos estão em ruínas. A democracia burguesa e o stalinismo se mostraram incapazes de resolver os problemas e as contradições do pós-guerra.

No entanto, por isso mesmo, chega o momento para a esquerda refazer toda a sua bagagem de idéias, reconciliar a democracia proletária com o socialismo, a liberdade com a revolução. Para tanto, a matéria prima foi fornecida pela Revolução Francesa ao confrontar liberdade e coação, poder estatal e poder das massas e que a análise de seu mecanismo interno permite retirar ensinamentos para o presente.

A Democracia Direta de 1793

Para Guerin, a Rev. Francesa foi a primeira manifestação histórica, coerente e em vasta escala de um *novo tipo de democracia*: o sistema político de democracia direta descoberto pelos *sans culottes* (antitético ao modelo de democracia liberal conforme concebido pela burguesia) precursora de uma nova forma de poder revolucionário cujos traços aparecerão nas revoluções dos séculos XIX e XX.

Traços desta democracia impulsionada de baixo para cima: a) controle dos representantes pelos representados; b) preocupação de assegurar a expressão mais perfeita possível da vontade popular e impedir seu sufocamento por faladores e ociosos; c) permitir aos trabalhadores participar plenamente sem sacrifício econômico; d) igualdade entre os sexos; e) fusão das funções legislativas e executivas.

As massas deram provas práticas de aptidão para o auto-governo e sem “anarquia” ou “desordem”.

Democracia Direta e vanguarda

Aqui o autor coloca a importância nas contradições que começam a surgir: falta de instrução, consciência política relativamente atrasada como obstáculos para a participação plena das massas na vida pública que fez abrir caminho para as *minorias* mais educadas ou mais conscientes (cita o caso dos Jacobinos, que desconfiavam das massas e as espionavam por dentro das assembleias gerais).

Guerin observa porém que se deve adotar o *critério de classe*: quando uma minoria decidida e audaciosa expressa os interesses de uma maioria confusa de seus interesses, tal atuação é *benéfica em certa medida*.

“A grande lição de 93 não é apenas que a democracia direta é viável, mas também que a vanguarda de uma sociedade, enquanto for minoria em relação à massa do país que ela conduz, não pode evitar, nesta batalha de vida ou morte que é uma revolução, de impor sua vontade à maioria, inicialmente – e de preferência – pela persuasão e, se a persuasão fracassa, pela coação.”(p.32).

Em 1793 existem duas ditaduras antitéticas, a da burguesia por cima (governo revolucionário) e a dos “sans culottes” por baixo (organizados e armados em seus clubes e na comuna), sendo aí, segundo Guerin, que Marx e Engels retiraram a noção de “ditadura do proletariado” embora não tenha sido elaborada por eles.

“A espécie de coação que a vanguarda proletária era obrigada a exercer sobre os contrarrevolucionários é de natureza tão fundamentalmente diferentes das formas de opressão do passado e é compensada por um grau tão avançado de democracia para os oprimidos de ontem que a palavra ditadura não se harmoniza com a palavra proletariado.” (p. 34)

Argumentando contra a expressão “ditadura do proletariado”, Guerin afirma que foram os adeptos de Babeuf os primeiros a falar em “ditadura” revolucionária ao expressar um conteúdo de uma minoria isolada que duvidou da capacidade do povo de se dirigir de imediato ao menos. Tal concepção será tomada por Weitling (ditadura pessoal) e Blanqui (ditadura da elite instruída organizada numa sociedade secreta separada da classe).

Marx e Engels não deixaram suficientemente claro seu entendimento de que a ditadura seria exercida pela *classe* e não pela vanguarda, diferenciando-o nitidamente do entendimento dos blanquistas. Mais tarde, Lênin “reivindicando tanto o ‘jacobinismo’ como o ‘marxismo’ inventará a concepção da ditadura de um partido em substituição à classe operária, agindo, por procuração em seu nome; e seus discípulos dos Urais, indo até o extremo de sua lógica, proclamarão francamente, sem serem reprovados, que a ditadura do proletariado seria uma ditadura sobre o proletariado.” (p. 36-37).

Reconstituição do Estado

Mesmo com a importante diferença de que a reconstituição do aparelho repressivo foi distinta nas duas revoluções (substituição da democracia pelo “governo revolucionário” burguês e substituição dos soviets pelo partido), seja na Rev. Francesa, seja na Rev. Russa a concentração de poder foi apresentada como uma “necessidade”: a Revolução está em perigo. É preciso combater a contra-revolução.

Polemizando com historiadores de esquerda e embora sem negar a contribuição das técnicas burguesas, Guerin discorda de tal justificativa pondo em dúvida se a única salvação seria a adoção destas técnicas e ainda mais por cima. “desconfio um pouco dos que invocam o pretexto da ‘competência’ para legitimar, em período revolucionário, o emprego exclusivo e abusivo das ‘técnicas’ burguesas (...) Na revolução, um homem sem competência, mas consagrado de corpo e alma à causa do povo, quer assuma responsabilidades civis ou militares, vale mais do que uma competência pronta a trair” (p. 40).

Guerin mantém a convicção de que o reforço do poder central realizado em fins de 1793 não tinha como único objetivo reprimir a contra-revolução, mas também suprimir a democracia direta dos “sans-culottes”.

O embrião de uma burocracia plebéia

Neste tópico o autor ressalta que a democracia de 1793 fez surgir em germe um fenômeno que tomaria amplitude na degenerescência da Revolução Russa, o aparecimento de um grupo de arrivistas que estaria prestes a se diferenciar da massa e pretendendo confiscar em proveito próprio

a Revolução popular. Militantes que se transformaram em empregados do Estado e que travaram uma luta acirrada com os burgueses pelo controle de maiores fatias de poder.

Encontra-se nesta disputa (técnicos *versus* plebeus) dois modos antagônicos de gestão da economia, a livre empresa e os precursores do capitalismo de Estado. Por isso Guerin discorda de Trotsky quando este afirma que a Revolução Francesa não conheceu nada que se assemelhasse à burocracia stalinista, dado que os plebeus hebertistas apresentavam vários traços da burocracia soviética do período Stálin embora tenham sido derrotados pela burguesia, que foi quem promoveu em seu exclusivo benefício, o reforço do poder central.

A “Anarquia” como conclusão da Revolução Francesa

Após o término da Revolução Francesa, os teóricos iniciaram a análise de seu mecanismo e a pesquisa de seus ensinamentos concentrando-se em dois problemas: o da “revolução permanente” e o do Estado. Marx, Bakunin e Blanqui descobriram que a revolução traiu as aspirações populares por ter sido somente burguesa e deveria ter sido continuada até o socialismo. Outros, em diferentes graus de acerto e profundidade (Varlet, Babeuf, Buonarroti, Proudhon), deduziram o anarquismo para evitar o confisco da revolução por um aparelho de opressão poderosamente reconstituído.

Tal dedução se dá a partir da noção de que governo e revolução são incompatíveis, com a distinção que se deve fazer entre “a necessidade da coação revolucionária, exercida pelo povo em armas sobre os contrarrevolucionários, e a ditadura exercida em grande parte contra a vanguarda popular pela burguesia revolucionária” (p. 45).

Quanto ao problema do Estado, Guerin reconhece em Proudhon o mérito de ter produzido a análise mais profunda. Crítica da democracia burguesa e parlamentar (“democracia desde cima” e “por decretos”) identificando em Robespierre as responsabilidades por ser ele um adversário confesso da democracia direta; identificação das limitações da Constituição de 1793 com um “ponto de partida sem dúvida, mas compromisso bastardo entre democracia burguesa e democracia direta” (p.46); afirmação da incompatibilidade entre poder e liberdade, governo e sociedade; condenação vigorosa da centralização operada pelo decreto de 4 de dezembro de 1793, e, mais profundamente, perceberá que o exercício da democracia direta – teoricamente tão perfeito - não encontra obstáculos práticos intransponíveis e concebe que o governo deve se *dissolver* na organização econômica.

Guerin apenas salienta que o ataque abstrato de Proudhon ao Estado constitui grave lacuna, expressa nas fórmulas apresentadas por esse último que se agarram à propriedade privada e em oposição à gestão coletiva. Deficiência que o socialismo libertário de Bakunin não apresenta.

A tradição “jacobina”

Bakunin, discípulo de Proudhon, ressalta que o pensamento de seu mestre foi alimentado pelo sistema teórico dos jacobinos, adaptado para ser usado pelos socialistas revolucionários. E Guerin afirma que o desacordo entre marxistas e libertários reside em que “os primeiros não encaram sempre a Revolução Francesa sob o mesmo ângulo que os segundos” e, diferentemente do bolchevismo que apresenta marcas mais acentuadas de jacobinismo, o marxismo original não superou plenamente a dualidade entre um “espírito” libertário e um “espírito” jacobino ou autoritário.

Para Guerin, tal dualidade se origina numa apreciação ora justa ora errônea do verdadeiro conteúdo da Revolução Francesa “os marxistas compreendem que esta traiu as aspirações populares pelo próprio fato de que foi, objetivamente e em seus resultados imediatos, uma revolução *burguesa*. Mas ao mesmo tempo, acontece que são obnubilados por uma aplicação abusiva da concepção materialista da história, que os faz as vezes considerá-las apenas sob o ângulo e nos limites da revolução burguesa. Eles têm razão, é claro, de acentuar os traços relativamente (embora indiscutivelmente) progressistas da revolução burguesa, mas nestes traços (que, quanto ao mais, mesmo libertários como Bakunin e Kropotkin, e até Proudhon, exaltaram como eles) há momentos

em que os apresentam de maneira muito unilateral, onde os superestimam, onde os idealizam”(p.49).

Marx e Engels em seus escritos sobre a Rev. Francesa, segundo Guerin, ora percebem ora perdem de vista o caráter de revolução permanente. Em seguida parte para a definição do “espírito jacobino” como sendo a tradição da ditadura de 1793 a partir de cima idealizada e indiferenciada da ditadura a partir de baixo, acrescentando a tradição blanquista e babuvista de tomar da revolução burguesa suas técnicas ditatoriais e minoritárias para colocá-las a serviço de outra revolução.

Outro traço jacobino que Guerin aponta que Marx e Engels demoraram para se livrar foi a adoção da centralização rigorosa, que permitiu a Lênin qualifica-los como centralistas na sua obra “O Estado e a Revolução”. Ressaltando que os bolcheviques russos foram influenciados mais fortemente pelo jacobinismo do que os fundadores do marxismo, Guerin afirma que Lênin percebeu o aspecto de “revolução permanente” da Rev. Francesa mas, por ter defendido por muito tempo que o proletariado russo após tomar o poder deveria limitar-se a um regime de democracia burguesa, apresentou a tendência de superestimar a herança da Rev. Francesa. (p. 53).

O jacobinismo de Lênin foi vivamente contestado pelo jovem Trotsky (antes de se tornar ele mesmo um bolchevique) que alertou os revolucionários para se defenderem tanto do reformismo quanto do jacobinismo e frisou que a tentativa de introduzir métodos jacobinos no movimento proletário e nas revoluções proletárias trata-se de oportunismo.

Rumo a uma síntese

A Rev. Francesa produziu duas grandes correntes que se perpetuaram até os dias de hoje: uma jacobina autoritária e outra libertária. A primeira preocupada com a eficácia revolucionária e a “necessidade” por estar orientada de cima para baixo. A outra, orientada de baixo para cima, concede a primazia à salvaguarda da liberdade.

Muitos foram os compromissos, mais ou menos capengas, já elaborados entre uma e outra: 1) Bakunin com seu coletivismo libertário tentou conciliar Marx com Proudhon; 2) O marxismo na I Internacional tentou conciliar Blanqui com Bakunin; 3) A Comuna de Paris de 1871 foi uma síntese empírica entre jacobinismo e federalismo; 4) Na obra “O Estado e a Revolução” o próprio Lênin se dividiu entre a espontaneidade das massas e a “disciplina de ferro” do jacobinismo.

Reconhece Guerin que a verdadeira síntese entre estas duas correntes ainda está por se fazer por ser necessária e inevitável.

Do jovem Marx a Marx

Quando Guerin escreveu este livro, o Estudo de Marx na França passava por um surto. Estava provado que não era possível desvaloriza-lo ou minimiza-lo em função de ser impossível contorna-lo frente à crise da sociedade contemporânea. Por tal motivo, as reinterpretções de seu pensamento – estimuladas pela publicação de certos escritos de juventude de Marx que tinham se conservado inéditos – eram profundamente contraditórias.

De um lado, os que consideram que os textos de juventude constituem uma revelação fundamental, deixando de ser o sistema de ciência econômica, o método histórico e a teoria da prática revolucionária até então conhecido. Seria uma filosofia, uma “ética humanista”.

De outro lado, os que consideram que o “humanismo” marxista seria duvidoso e adulterado e que Marx teria rompido desde cedo com seus erros de mocidade.

Entre ambos os lados, os que tentam conciliar o filósofo com o cientista. Segundo estes, os escritos de juventude permitiriam restabelecer a continuidade de seu pensamento para melhor compreender as obras da sua maturidade, mas sem coloca-las em causa ou levar a uma reapreciação fundamental das mesmas (Guerin aqui critica o excesso de historicismo desta posição e uma relativa falta de espírito crítico pela tendência de aceitar os aspectos sucessivos do pensamento de Marx sem submetê-los a um verdadeiro reexame, embora concorde que o pensamento humano se elabora progressivamente).

O ponto de vista de Guerin se situa distintamente dos três anteriores. Ele levanta objeções ao dogmatismo de católicos e stalinistas que “se apoderam de expressões sucessivas do pensamento de Marx para construir, a partir dele, um sistema dotado de uma bela ordenação lógica no qual o leitor se deixa encerrar confortavelmente” (p. 60).

Começando pela origem da noção de “alienação” marxiana formulada em 1844 (com muitas interpretações divergentes) e também por considera-la muito absoluta, insuficientemente dialética (expressão de sua pouca idade, 26 anos, e do drama de sua trajetória pessoal) e que mais tarde deixaria de ter papel predominante em seus escritos de maturidade (embora sem ter sido repudiada). Em seguida afirma que se enganam aqueles que pretendem fazer crer que há uma unidade absoluta do pensamento de Marx (p. 65) e discorda daqueles que querem prolongar o período de transição. Por fim afirma que os textos marxistas podem, se procurados convenientemente, fornecer argumentos para comentadores professarem pontos de vista os mais antagônicos sobre o regime russo de 1959.

A seguir Guerin, percorre diversos autores questionando a temática do humanismo do jovem Marx, se seria ou não libertário. Alguns autores se inclinam em admitir que liberdade individual e necessidade social tendem a coincidir no comunismo. Outros manifestam dúvidas, afirmando que Marx subordina o princípio da liberdade ao da igualdade.

De Henri Arvon, reconhece a leitura cuidada feita por ele da obra de Max Stirner “O Único e sua propriedade” (1845) e que, segundo Guerin, teve o mérito de reconhecer que foi graças à crítica de Stirner ao humanismo de Hegel e Feuerbach (“sacralização” do homem abstrato) que Marx teria se sentido estimulado a romper com esta escola filosófica, embora tal ruptura o levaria a considerar como ponto de partida a *práxis* revolucionária e o materialismo histórico, caminho oposto ao de Stirner que parte do indivíduo (p. 69).

Guerin prossegue afirmando que o materialismo histórico ajuda ainda hoje a “decifrar a história e a tentar interrogar o futuro. Mas não é um instrumento absolutamente infalível e seu manejo não se faz sem perigo. Pode ser utilizado contra a liberdade individual. Pode, em nome da ‘necessidade’ histórica, ser invocado para camuflar ou tentar justificar – conforme a aplicação no estudo da história ou na ação do presente – velhas ou novas formas de opressão.” (p.71).

Conclui esta parte afirmando que nenhum pensamento humano é infalível, mesmo que seja genial, e que no caso de Marx, ainda por cima é difícil de captar por estar em movimento, contém fraquezas e falhas, deve ser utilizado de forma crítica e evitando todo e qualquer dogmatismo. Alerta para a necessidade de reavaliar o marxismo com uma vigilância *libertária* para evitar que os cristãos de esquerda e os existencialistas tenham o monopólio da preocupação com a liberdade, dado que o fazem numa perspectiva nem sempre revolucionária e de forma tendenciosa.

PARTE II: Lenine ou o Socialismo desde cima

Este ensaio contém logo de início uma nota de esclarecimento na qual Guerin declara que a admiração e a inspiração que sempre lhe causa a estratégia que conduziu pela primeira vez à vitória uma revolução operária na história, em nada fica diminuída pelas críticas que faz das concepções autoritárias do socialismo leninista. Guerin faz questão também de precisar que não confunde leninismo com stalinismo, mas que considera imprescindível criticar com rigor certas concepções que conduzem à ditadura sobre o proletariado e que o socialismo deve se livrar caso queira “reencontrar sua autenticidade libertária” (p.75).

Partindo do caso da França, nosso autor afirma que o surgimento do proletariado industrial e de sua educação durante a década de 1840, fez caducar as concepções que pretendiam agir e querer a revolução em seu nome, substituindo-o (blanquismo). Demonstra a crítica de Marx e Engels ao voluntarismo desta posição, mas sustenta que o pensamento marxista sempre foi

ambivalente quanto ao papel que caberia ao proletariado de conjunto em relação ao atribuído à sua vanguarda consciente (p.78).

Coube a Kautsky introduzir a noção de que a consciência socialista não surge espontaneamente dele e sim da ciência, cujo portador são os intelectuais burgueses, mesmo que os operários possam produzir o “instinto socialista” (p. 79). Guerin afirma que tal idéia é muito mais jacobina e blanquista do que socialista “Para um autêntico socialista, com efeito, a ‘teoria’ revolucionária é certamente, indispensável, mas é em boa parte, produzida de baixo para cima pela própria experiência das lutas populares. E esta teoria, para não ficar no abstrato, para não correr o risco de se perder, tem necessidade de ser verificada a cada instante, vivificada, alimentada, retificada pelo emprego que dela fazem aqueles em nome dos quais é destinada e em cujo nome é propagada: os trabalhadores. Além do mais, o problema não pode ser encarado de modo absoluto, mas – como o advertiu Rosa Luxemburgo – no movimento dialético da história. Quanto mais numeroso e consciente for o proletariado, menos razão haverá para que a vanguarda instruída tome a função diretora.” (p. 79).

A seguir examina as concepções organizativas formuladas por Lênin entre 1901 e 1904, demonstrando que por volta de 1875 o movimento revolucionário russo apresentava características similares ao francês de 1840. Daí que originou uma variedade russa do blanquismo (Tkatchev). A industrialização ocorrida entre 1890 e 1900 faz surgir na cena social o proletariado, o que fez com que Lênin – tal como Marx e Engels em relação a Blanqui – considerasse ultrapassados os métodos estritamente conspirativos e voluntaristas dos seguidores de Tkatchev. Porém, “conservou por eles uma admiração mal contida e, como o veremos, manteve-se fiel, em certo sentido, aos mesmos” (p. 81) o que fez com extraísse conclusões teóricas relativamente pessimistas da capacidade política das massas operárias.

Rejeitando deliberadamente a concepção marxista de que o socialismo é o produto da experiência e das lutas das massas, e apoiando-se na formulação de Kautsky, Lênin afirmará corretamente que “(...) sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”. Mas ele via esta teoria saindo pronta do cérebro dos dirigentes para descer, em seguida, *da cúpula à base*; vilipendiava como ‘anarquista’ a concepção inversa que baseia a teoria sobre a própria experiência das lutas operárias fazendo-a ascender da base até a cúpula; ele optava francamente pelo centralismo, pelo *burocratismo* (palavra que ele mesmo utiliza), contra o *democratismo* “que desemboca no anarquismo” (p. 82)

Quanto à noção de que a vanguarda fosse composta por revolucionários profissionais que vivessem às expensas do partido em função da alegada necessidade de conduzir a luta com firmeza, e estando, segundo Lênin, o proletariado habilitado por ter frequentado a escola da fábrica, Guerin contra argumenta que trata-se de argumento ilusório pois, se por um lado, apresenta elementos de cooperação e organização, por outro, é também uma escola de obediência passiva e de submissão.

Guerin nos apresenta as atenuantes que Lênin introduz nesta sua concepção: A vanguarda assim constituída apenas faz sentido em conexão com a classe em luta; aceita a acusação de ser jacobino mas complementa que se trata de um jacobinismo ligado ao proletariado e consciente de seus interesses de classe e diz que a luta espontânea das massas apenas se torna luta de classe se for dirigida por uma forte organização revolucionária.

No entanto, segundo Guerin, subsiste uma lacuna nas atenuantes: o partido não se funde à classe, sendo que seus elementos mais ativos devem ser recrutados para se transformarem em líderes. Esta posição já tinha sido refutada anteriormente por Bakunin que havia demonstrado que uma minoria pode vir a dominar a classe mesmo sendo composta de trabalhadores.

Muitos dos defeitos da concepção organizativa de Lênin eram minimizados com a sua presença pessoal à frente do aparelho partidário. Defeitos que irão se agravar com sua morte, assumindo proporções gigantescas.

Se Lênin conseguia se livrar com relativa facilidade de seus críticos pela direita, o mesmo não ocorria quando a crítica partia de revolucionários marxistas provados como Rosa Luxemburgo e Trotsky. Estes apontavam como ultrapassados o jacobinismo e o blanquismo reivindicados por Lênin (críticas de ambos às fls. 88-92).

Passando da concepção de partido para a concepção da forma de poder, que se fundiram, igualmente autoritária e jacobina nas palavras de Guerin. Após reconhecer a necessidade de extinção do Estado e a incompatibilidade de sua existência com a liberdade, Lênin introduz a noção de **transição** entre o capitalismo e o comunismo com a introdução de um Estado transitório, definido de tal forma imprecisa que abriu margem a todo tipo de abusos no momento de sua prática.

Guerin enumera os problemas (alguns também encontrados em Marx): a sobrevivência do direito burguês que levará Lênin a deduzir que o Estado burguês sem burguesia sobreviverá; considerar o capitalismo alemão como escola; considerar o capitalismo de Estado como a antecâmara do socialismo.

Diante da grave contradição que aparece entre esta organização econômica e o poder dos soviets, Lênin propõe alguns mecanismos e garantias: rotatividade de funções administrativas, elegibilidade e revogabilidade de mandatos, igualdade salarial. Mas quando a contradição rebentou na prática, muitos aceitaram o retorno de um Estado forte e agressivo em nome da necessidade, no entanto, Guerin concorda que as duras condições em que se encontravam os bolcheviques a frente da Rússia naquele momento constituíram as condições *objetivas* da liquidação do poder dos soviets e sustenta que as condições *subjetivas* desempenharam papel igualmente importante (propensão para um autoritário comunismo de Estado).

Bakunin dirigiu contra Marx e Engels críticas que se encaixariam perfeitamente no leninismo e na III Internacional. O papel de dirigente da vanguarda e dos intelectuais, a fusão destes no partido e do partido com o Estado como forma de recomposição estatal e de privilégios, desigualdades e opressões. Este quadro antecipado pode ser observado na realidade da Rússia e somente poderá ser superado quando se operar a fusão entre a ciência e a consciência com a classe operária.

Dois requisitos contra o comunismo

Nesta parte do livro, Guerin comenta sobre dois livros surgidos na França no ano de 1957. ‘A Nova Classe Dirigente’ do Iugoslavo Milovan Djilas e ‘Do Bolchevismo’ de Michel Collinet. Em ambos identifica acertos e erros. Entre os primeiros estão: identificar que a concepção de partido formulada por Lênin desde 1901 continha em germe o comunismo totalitário da era stalinista; ressaltar que o monopólio ideológico exercido pela direção do partido personificada em Lênin, ao pretender encarnar as aspirações da sociedade, era na verdade uma concepção idealista da história que desembocaria no monopólio da sociedade pelo aparelho burocrático; embora estabelecendo um fio condutor entre o período Lênin e o período Stalin, distinguem entre ambos os períodos as formas revolucionárias do primeiro que se transformam em formas reacionárias no segundo.

Para Guerin, Djilas e Collinet descrevem com talento e dureza a nova classe privilegiada que tomou o poder na URSS, sua sede de poder e a transformação do marxismo numa “escolástica essencialmente estéril e conservadora” (p. 103). Ambos autores criticam Trotsky por sua incapacidade de qualificar sociologicamente o sentido do “comunismo” soviético, mesmo reconhecendo de sua acusação ao stalinismo. Para Djilas, por falta de visão. Para Collinet, por sua persistência em não colocar em causa as concepções de organização leninistas.

Quanto aos erros que ambos cometem, Guerin aponta a incompreensão de ambos autores do conceito de ‘revolução permanente’, de onde concluem que o marxismo revolucionário somente pode ser aplicável em países atrasados e não nas nações altamente industrializadas; a menção apenas superficial aos aspectos progressistas do regime soviético, produzindo um balanço geral da

URSS demasiado negativo; pessimismo exagerado quanto às possibilidades de evolução do regime pós stalinista ao mesmo tempo em que demonstram certa indulgência com a democracia burguesa ocidental, considerada a única alternativa à “tirania comunista”.

O motivo pelo qual Djilas e Collinet cometem este último erro reside, segundo Guerin, na incapacidade de ambos em descobrir um terceiro caminho “fora da stalinismo e da democracia burguesa” por recusarem ambos em aderir a um “socialismo revolucionário que seja autenticamente libertário” (p. 105). Guerin extrai como lição que qualquer socialista revolucionário que se afasta do marxismo-leninismo pode cair em ideologias pequeno-burguesas e contra-revolucionárias se não adere ao único socialismo que se manteve jovem e autêntico.

ANEXOS

(Controvérsias a respeito de uma história socialista libertária da Revolução Francesa)

Aqui, Guerin responde aos críticos dos livros que escreveu sobre a revolução francesa em 1946. Para tanto, dividiu sua resposta em tópicos, não sem antes esclarecer que não pretendeu ser o único a ter razão “sustentei apenas que a perspectiva da revolução proletária sob a qual me coloquei coloca a classe com a qual me identifico na marca da verdade objetiva. E, se me mostrei tão severo, era sobre um ponto de vista político e não pessoal: queria convencer os trabalhadores de hoje a não mais se deixarem enganar pelos democratas burgueses e, portanto, censurei os historiadores em questão por não insistirem suficientemente sobre as lutas sociais de 1793 entre ‘ricos’ e ‘pobres’, lacuna que, em minha opinião, ameaça justificar, no presente, a colaboração de classes, a “união nacional”, e também a tese oficial segundo a qual a Revolução Francesa emancipou integralmente todos os homens, tornando supérflua uma nova revolução”. (p. 110).

A LUTA DE CLASSES “SIMPLIFICADA”? – Da acusação de ter adotado um referencial teórico rígido e doutrinário ao invés do materialismo histórico e dialético, Guerin se defende explicando que, ao começar suas pesquisas, não sabia onde iria chegar em termos de conclusões e que enfrentou a questão teórica somente após ter estudado os fatos a fundo.

A QUESTÃO RELIGIOSA – A aplicação do materialismo aos problemas religiosos em seu livro, atraiu a Guerin hostilidades em função de sua pretensão de fazer uma incursão pelos fundamentos sociais da religião e da moral (afastando-se da história para tanto) e da percepção de que a Igreja pode desaparecer caso se mantenha atrelada a classes sociais historicamente condenadas.

“ANACRONISMO”? – O livro de Guerin é acusado de anacronismo por visualizar “na Revolução Francesa o *embrião* das lutas de classes modernas e da revolução social” (p. 114). Na resposta aos críticos Guerin argumenta que está convencido que o presente ajuda a compreender o passado, desde que não se procure refazer o passado à imagem do presente. Concorde com Raymond Aron, na obra *Introdução à Filosofia da História*, quando este afirma que o historiador pode projetar suas próprias categorias no passado, pois permite interpretar os acontecimentos que os revolucionários da época não tinham como ter plena consciência. Guerin afirma que, enquanto o ciclo das revoluções não for encerrado com a emancipação definitiva do homem, a história da Revolução Francesa não terá dito a sua última palavra e a sua verdadeira face não poderá aparecer em toda a sua plenitude (p.116).

Também aqui se levanta a acusação de que o livro de Guerin teria negado o caráter progressista da revolução burguesa, ao que o autor reafirma o que ele considera uma banalidade: “o caminho da libertação humana passa pela revolução burguesa.” (p. 118), além de enumerar muitos dos traços progressistas de governantes revolucionários (audácia, ousadia, energia, gosto pelo risco, permissão da ‘anarquia popular’ que permitiu vencer a contra-revolução e produzir os ‘prodígios’ de 1793).

Guerin afirma que todos os seus críticos se enganaram sobre a apreciação que fez do papel de Robespierre no livro. Esclarece que as críticas que faz a Robespierre são do ponto de vista da vanguarda popular, mas reconhece que o líder dos jacobinos foi um homem único, insubstituível e

que, em determinado momento, encarnou a necessidade histórica de evitar uma cisão no terceiro-estado sendo o elo vivo entre a burguesia e a plebe, logo teve um papel gigantesco na revolução.

A seguir Guerin defende-se da crítica segundo a qual ele não deveria denunciar Robespierre por seu comportamento ambivalente em relação à vanguarda popular, demonstrando que - em cada etapa da revolução - a burguesia revolucionária não jogou limpo com o proletariado (p. 120-125).

Por fim, contra o argumento de que a guerra levada a cabo na Europa pela burguesia girondina seria para levar a liberdade ao continente, Guerin reafirma que não foi uma guerra ideológica e sim “a continuação de um ajuste de contas franco-britânico que tomou todo o século XVIII e durou até 1815.” (p. 125).

“DIREITO HISTÓRICO ABSOLUTO”? – Inicialmente é exposto o argumento do chamado *direito histórico absoluto* da burguesia em derrubar o feudalismo e instaurar a sua própria dominação, dado ser a Revolução Francesa uma revolução burguesa, direito pelo qual não se poderia levantar nenhum questionamento de princípio (menciona aqui o autor Pierre Hervé que traz para a polemica o Lênin de ‘A Falência da II Internacional’). Guerin se limita a responder, citando Georges Rudé, que muitos historiadores consideram tais processos “**de cima**, ou seja, através dos olhos dos dirigentes burgueses e a conceder seus elogios ou críticas a estes movimentos conforme possam servir ou contrariar os interesses da burguesia revolucionária” (p. 128).

Numa perspectiva e com premissas diferentes, Merleau-Ponty também invoca o *direito histórico absoluto* da revolução burguesa. Ele já não acredita na revolução proletária e deriva daí sua atitude de condenar todas as revoluções ao fracasso, dado que as revoluções se transformam em governo, além de - como se recusa em admitir o fim do Estado como é o propósito comum de marxistas e anarquistas, como nos lembra Guerin – optar por um neo-liberalismo cético da conquista do poder pela classe operária e, no contexto da Revolução Francesa dá razão para Robespierre contra os proletários.

Pierre Hervé por sua vez, se recusa a aceitar a tese da *revolução permanente* por considerá-la ‘Trotskista’. Guerin esclarece que tal tese é inteiramente de Marx, que a tomou de Babeuf e de Blanqui, entendendo-a como o aparecimento de um movimento pré-comunista e comunista no curso da revolução burguesa com Jacques Roux e Leclerc no primeiro caso e com Babeuf no segundo e não apenas como uma palavra de ordem válida para a metade do século XIX.

Trotsky adota para a Revolução Francesa a concepção de Marx na sua obra ‘Balanço e Perspectivas’ de 1905 – que Guerin denomina concepção **um** - e a transpõe para a Rússia do início do século XX, sustentando que era impossível deter o processo na sua fase burguesa e que o proletariado deveria a tomada do poder por si mesmo com um programa socialista – que Guerin denomina concepção **dois** – esta última sim inaplicável à Revolução Francesa (p. 131-132). Diante da recusa de seus críticos em analisar a Revolução Francesa na perspectiva da revolução permanente, surge a crítica a Guerin por ter superestimado o papel de Babeuf e sua ‘conspiração dos iguais’ no processo.

UMA ‘VANGUARDA’ OU UMA ‘RETAGUARDA’? – Ao final Guerin responde a três críticas: 1) o uso do adjetivo *proletário* em 1793 quando o proletariado ainda não existia (crítica que Guerin responde afirmando ser um anacronismo em certa medida); 2) sustentar que havia uma consciência de classe dos proletários e que estes se opunham de forma consistente à burguesia (respondida com o contra-argumento de que foi demonstrado em seu livro em diversas passagens que havia muito mais ódio contra a ordem antiga do que um desejo preciso de mudança política e que os proletários *sans culottes* mantinham ilusões com relação à burguesia e majoritariamente não extraíam a conclusão de que deveriam se levantar contra o governo revolucionário); 3) considerar os proletários como uma vanguarda quando na verdade seriam uma retaguarda em função de ter um programa econômico reacionário, tentando deter o surgimento do capitalismo industrial (Guerin contra-argumenta dizendo que de fato o sistema capitalista de produção reduzirá os pequenos produtores independentes à condição de assalariados, mas não em 1793).

ONDE ESTAMOS DE ACORDO – Na relativa acuidade do conflito entre proletários e burgueses revolucionários; na relação direta entre revolução burguesa e revolução proletária que

deixaram marcas que reapareceram em 1848 e 1871; estudar e pesquisar juntos – democratas e revolucionários contemporâneos - a história do movimento das massas na revolução francesa “sem distinção de tendências ou afinidades” (p. 142).

ANEXO II: UM ROBESPIERRISTA ATRASADO

Aqui, Daniel Guerin se refere a um livro editado em 1956, de autoria Jean Massin, que procura reabilitar a figura de Robespierre perante o grande público, vez que teria sido desfigurado pela historiografia contra-revolucionária, preocupação que Guerin considera unilateral dado que ele foi muito idealizado e ‘beatificado’ por uma outra escola de historiadores modernos: a de Mathiez. Escola que, por promover o culto à personalidade de Robespierre, não conseguiu enxergar que no início de 1794 houve uma ruptura entre este último e as massas populares por exemplo (p.145).

A imagem que Jean Massin traça de Robespierre é “(...) superficial e tendenciosa, que não se apóia em uma análise marxista das forças sociais presentes, das lutas de classes que formaram o substrato da grande revolução e, especialmente, de seu último episódio”. Cego pelo culto à personalidade, Guerin aponta alguns problemas do ‘neófito historiador’ como ele define Massin.

A Incompreensão do conflito que opôs a burguesia revolucionária, e depois o próprio Robespierre, à vanguarda proletária, atribuindo os pontos de vista políticos desta como sendo imaturos e anarquizantes (Massin alega ser esta a opinião de Robespierre); atribuição da ruptura entre burgueses e proletários tão somente à “intransigência dos sans-culottes, entre outros serviram para que Guerin lembrasse que o Robespierre do último período da Revolução não foi atacado somente pela direita contra-revolucionária, mas *também* pela esquerda socialista revolucionária que via nele a pessoa que abriu a porta aos posteriormente denominados termidorianos (p. 147).

Por fim, Guerin nos lembra que, curiosamente, os stalinistas ainda mantêm o culto a Robespierre por dois motivos: 1) por identificarem algumas analogias históricas (superficiais) entre Robespierre e Stálin e 2) para fugirem da “revolução permanente” consideram revolução burguesa e revolução permanente “duas categorias metafísicas hermeticamente separadas”, o que resulta que “em Robespierre, eles adoram a revolução burguesa em estado puro, a revolução burguesa dogmatizada” (p. 147-8).

ANEXO III: SARTRE, LUKACS E... A GIRONDA

Neste anexo Guerin se defende das críticas a ele desferidas por Jean Paul Sartre em seu ensaio ‘Existencialismo e Marxismo’. Manifesta inicialmente surpresa em função dos elogios que Sartre lhe dispensou em obras anteriores onde o livro de Guerin sobre a Revolução Francesa foi considerado uma contribuição enriquecedora dos marxistas contemporâneos aos estudos históricos (p. 149).

Ao invés de constatar que o livro de Guerin foi útil para varrer “um certo dogmatismo robespierrista e estalinista da revolução burguesa, considerada como uma entidade pura e artificialmente isolada, em compartimentos estanques, da revolução proletária, a história da fase final da Revolução Francesa ilumina-se e revela seu verdadeiro sentido” (p. 150), Sartre o ataca com argumentando que ele procura afastar os detalhes, forçar interpretações dos acontecimentos, desnaturá-los e até mesmo inventar fatos para descobrir “noções sintéticas, imutáveis e fetichizadas” (idem).

Guerin se defende inicialmente dizendo que na verdade Sartre utiliza sua obra para fazer um acerto de contas com Lukacs em função deste ter realizado uma interpretação ‘marxista’ do existencialismo francês (as aspas são em função de Guerin não se considerar apto para julgar se Lucaks está certo ou errado) e ter sugerido que a filosofia sartreana não passa de um idealismo disfarçado, expressão da revolta da pequena burguesia francesa escravizada durante a ocupação alemã.

Nas páginas seguintes (152-154) Guerin se dedica a refutar a passagem de seu livro escolhida por Sartre para acertar as contas com Lucaks. Mas é nas considerações de Sartre de ordem

geral que, segundo parece a Guerin, ele questiona não o marxismo stalinista e sim o próprio marxismo. Alegando-se insatisfeito, Sartre contesta o materialismo histórico – que situa as posições de indivíduos, partidos e grupos sociais – por encaixar “os acontecimentos, as pessoas e os atos em moldes pré-fabricados” (p. 155) e opõe a tal método algo que Guerin considera muito próximo da Concepção Idealista da História. Outros problemas identificados por Guerin: ecletismo (que deixa os fatos sem explicação); subjetivismo (que Sartre chama de objetivismo) além da acusação de que os marxistas perderam a noção “do que é um homem” (p.155) feita sempre reivindicando o marxismo.

Guerin conclui admitindo que o método do materialismo histórico levou alguns de seus adeptos a exagerar o papel da estrutura em detrimento da superestrutura e de fatores individuais e humanos (exagero oposto ao cometido pelos historiadores burgueses), mas, ao fazer tal alerta, considera útil o serviço prestado pelo marxismo de ligar os atos dos indivíduos “às condições materiais de sua época, às lutas de classes (ou frações de classes) antagonistas” e considera que se o seu livro sobre a Revolução Francesa é realmente ‘enriquecedor’ conforme Sartre havia afirmado, foi justamente por tentar retomar a linha das lutas de classes entre 1793 e 1797 e aplicar um duro golpe nas formas anteriores de se escrever a história deste período, seja nos historiadores burgueses que partem dos heróis e dos indivíduos, seja nos historiadores stalinistas que fetichizam a revolução burguesa em estado puro ou a pequena burguesia encarnada por este ou aquele herói.